

BOLETIM DE LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS DO TJMG

Periodicidade: semanal

Nº 231 – Agosto/2012

Período de: 04/08/2012 a 10/08/2012

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEJ disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 575	DOU; 08/08/2012	Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.	MPV 575 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 43 da Secretaria-Geral	DJE/CNJ; 06/08/2012	Regulamenta o envio, pelo e-CNJ, de requerimentos iniciais com pedidos urgentes, dispensando o comparecimento pessoal prévio para emissão de senha.	Port. 43 (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 41	DJE/CNJ; 09/08/2012	Recomenda aos tribunais que promovam a inclusão, na elaboração do orçamento anual, de dotação específica para a revisão geral de subsídios e encaminhem projeto de lei de revisão geral anual dos subsídios dos magistrados e da remuneração dos servidores do Judiciário.	<i>Não disponível no site do CNJ</i>
RECOMENDAÇÃO Nº 42	DJE/CNJ; 09/08/2012	Recomenda aos tribunais que adotem a linguagem inclusiva de gênero, no âmbito do Poder Judiciário, no que diz respeito à menção aos cargos ocupados por servidoras e magistradas.	Recom. 42 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 156	DJE/CNJ; 09/08/2012	Proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão de pessoa que tenha praticado os atos que especifica, tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.	Res. 156 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 157	DJE/CNJ; 09/08/2012	Acrescenta o § 2º ao artigo 1º da Resolução nº 77, de 26 de maio de 2009 (<i>Nota da Biblioteca.: a Res. 77 dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre a implantação do cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei</i>)	Res. 157 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS E SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 20	DJE/STJ; 10/08/2012	Dispõe sobre a certificação digital no Superior Tribunal de Justiça e dá outras Providências.	Res. 20 (Site do STJ)
SÚMULA 479	DJE/STJ; 01/08/2012	As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.	Disponível no Portal do STJ www.stj.jus.br (Menu "Consultas" "Súmulas")
SÚMULA 480	DJE/STJ; 01/08/2012	O juízo da recuperação judicial não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa.	
SÚMULA 481	DJE/STJ; 01/08/2012	Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.	
SÚMULA 482	DJE/STJ; 01/08/2012	A falta de ajuizamento da ação principal no prazo do art. 806 do CPC acarreta a perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar.	
SÚMULA 483	DJE/STJ; 01/08/2012	O INSS não está obrigado a efetuar depósito prévio do preparo por gozar das prerrogativas e privilégios da Fazenda Pública.	
SÚMULA 484	DJE/STJ; 01/08/2012	Admite-se que o preparo seja efetuado no primeiro dia útil subsequente, quando a interposição do recurso ocorrer após o encerramento do expediente bancário.	
SÚMULA 485	DJE/STJ; 01/08/2012	A Lei de Arbitragem aplica-se aos contratos que contenham cláusula arbitral, ainda que celebrados antes da sua edição.	
SÚMULA 486	DJE/STJ; 01/08/2012	É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.	
SÚMULA 487	DJE/STJ; 01/08/2012	O parágrafo único do art. 741 do CPC não se aplica às sentenças transitadas em julgado em data anterior à da sua vigência.	
SÚMULA 488	DJE/STJ; 01/08/2012	O § 2º do art. 6º da Lei n. 9.469/1997, que obriga à repartição dos honorários advocatícios, é inaplicável a acordos ou transações celebrados em data anterior à sua vigência.	

SÚMULA 489	DJE/STJ; 01/08/2012	Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça estadual.
SÚMULA 490	DJE/STJ; 01/08/2012	A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a sessenta salários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 46.020	Minas Gerais; 10/08/2012	Regulamenta a Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.	Dec. 46.020 (Site da ALMG)
LEI Nº 20.341	Minas Gerais; 04/08/2012	Torna obrigatória a identificação de crianças e adolescentes nos meios de hospedagem localizados no Estado.	Lei 20.341 (Site da ALMG)
LEI Nº 20.358	Minas Gerais; 07/08/2012	Dispõe sobre a afixação de cartazes informativos, nos postos de combustíveis e nos restaurantes localizados às margens das rodovias estaduais, alertando motoristas sobre os riscos de dirigirem sob efeito de álcool, drogas ou medicamentos.	Lei 20.358 (Site da ALMG)
LEI Nº 20.373	Minas Gerais; 07/08/2012	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências.	Lei 20.373 (Site da ALMG)
LEI COMPLEMENTAR 123	Minas Gerais; 04/08/2012	Altera o art. 28 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	Lei Compl. 123 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.772	DJE; 06/08/2012	Estabelece critérios para a remoção, a pedido, de servidores das Secretarias de Juízo e dos Serviços Auxiliares da Justiça de Primeira Instância.	Port. 2.772 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.773	DJE; 08/08/2012	Dispõe sobre a recomposição das Turmas Recursais de Grupos Jurisdicionais do Estado de Minas Gerais.	Port. 2.773 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.774	DJE; 09/08/2012	Designa Desembargador para as funções que especifica.	Port. 2.774 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 2.775	DJE; 10/08/2012	Dispõe sobre a suspensão do expediente forense no dia 15 de agosto de 2012.	Port. 2.775 (Site do TJMG)
PORTARIA-CONJUNTA Nº 245	DJE; 06/08/2012	Constitui Grupo de Trabalho para elaborar proposta de regulamentação do colegiado e dos procedimentos de que trata a Lei federal n. 12.694, de 2012.	Port-Conj. 245 (Site do TJMG)
ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA			
Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 37	DJE; 09/08/2012	Avisa que se encontra disponível na página da INTERNET do Tribunal de Justiça, o arquivo próprio do SISCOM – Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas – contendo informações sobre o padrão de desempenho, produtividade e presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de agosto de 2011 a julho de 2012.	Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br ou Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/corregedoria/codigo_normas/
PORTARIA Nº 2.260	DJE; 10/08/2012	Reconduz o Dr. Edir Guerson Medeiros, Juiz de Direito titular da 2ª Vara criminal, no exercício das funções de Diretor do Foro da comarca de Juiz de Fora.	
PORTARIA Nº 2.265	DJE; 09/08/2012	Fica vedado aos magistrados determinar o cumprimento, pelos Oficiais de Justiça, de quaisquer diligências para entrega de ofícios e outros documentos, seja através de mandado ou não, visto que tais diligências não geram indenização pelas despesas com transporte.	
PORTARIA Nº 2.267	DJE; 10/08/2012	Designa a servidora Sônia Maria Martins Parreira, ocupante do cargo em comissão de Coordenadora de Serviço, para exercer a coordenação das atividades de apoio técnico e administrativo da Coordenadoria da Infância e da Juventude – COINJ.	

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br